

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.007 - GO (2019/0245779-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**AGRAVADO : J T DE F**  
**ADVOGADOS : ANDERSON VAN GUALBERTO DE MENDONÇA - GO031076**  
**MARCOS MACIEL LARA - GO045730**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta o Ministério Público violação dos arts. 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal.

Argumenta que, embora os fatos imputados ao agravado remontem à 2016, somente a partir de dezembro de 2018 passaram a ser relatados às autoridades públicas, denotando a contemporaneidade necessária ao decreto de prisão preventiva.

Salienta que o réu é pessoa poderosa na cidade de Abadiânia/GO e no Estado de Goiás, que ainda causa intimidação e temor perante as vítimas e testemunhas.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja restabelecida a prisão, afastando as medidas cautelares aplicadas.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo conhecimento do agravo, a fim de que seja provido o recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

Diante dos relevantes argumentos apresentados, para melhor exame da controvérsia, impõe-se a conversão do presente agravo em recurso especial.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar a sua atuação como recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator